



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ADRIANA DE SOUZA ALBUQUERQUE

**INTERSEÇÕES DE GÊNERO NO PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO
À DOCÊNCIA DA UFRPE: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA EM NÚCLEO DE
GÊNERO DE ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO**

RECIFE
2021

ADRIANA DE SOUZA ALBUQUERQUE

**INTERSEÇÕES DE GÊNERO NO PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO
À DOCÊNCIA DA UFRPE: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA EM NÚCLEO DE
GÊNERO DE ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entregue como requisito parcial à conclusão de curso.

Orientador: Prof^o Dr^o Lucas Victor Silva

RECIFE
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A345i

Albuquerque, Adriana de Souza

INTERSEÇÕES DE GÊNERO NO PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA UFRPE: um relato da experiência em núcleo de gênero de escola da rede estadual de Pernambuco / Adriana de Souza Albuquerque. - 2021.

20 f.

Orientador: Lucas Victor Silva.

Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, 2021.

1. Educação. 2. Ensino de Gênero. 3. Neoconservadorismo. 4. PIBID. I. Silva, Lucas Victor, orient. II. Título

CDD 909

FOLHA DE APROVAÇÃO

ADRIANA DE SOUZA ALBUQUERQUE

**INTERSEÇÕES DE GÊNERO NO PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO
À DOCÊNCIA DA UFRPE: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA EM NÚCLEO DE
GÊNERO DE ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO****BANCA EXAMINADORA**

Orientador Prof^o Dr^o Lucas Victor Silva
DEd - UFRPE

Prof^a Dr^a Denise Maria Botelho
DEd - UFRPE

Prof^o Dr^o Wellington Barbosa da Silva
DEHIST - UFRPE

INTERSEÇÕES DE GÊNERO NO PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA UFRPE: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA EM NÚCLEO DE GÊNERO DE ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO

ADRIANA DE SOUZA ALBUQUERQUE¹

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência, mediante revisão de literatura e observação participativa realizada em uma Escola de Referência em Ensino Médio da rede estadual de Pernambuco, vivenciada no âmbito do Programa de Iniciação à Docência (Pibid), da subárea de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. O presente texto reflete sobre as potencialidades educativas da abordagem de gênero realizadas dentro de um Núcleo de Gênero. Concluimos que, graças aos movimentos populares e às demandas sociais, durante o período de redemocratização o Brasil avança na criação de inúmeros documentos da educação que reforçaram a importância do ensino de gênero nas escolas. Contudo, dada a conjuntura política dos últimos anos, imprudentemente o ensino de gênero tem sido censurado de documentos oficiais, através da ingerência das bancadas neoconservadoras e neoliberais. Em contrapartida a tal retrocesso, a Secretaria da Mulher de Pernambuco, amplia o número de instituições de ensino com Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra Mulher, possibilitando que professores e professoras possam atuar no ensino de gênero nas escolas.

Palavras-chave: Educação; Ensino de Gênero; Neoconservadorismo; PIBID.

ABSTRACT

This article presents an experience report, through a literature review and participatory observation carried out at the Silva Jardim High School Reference School, experienced within the Teaching Initiation Program, in the History subarea, of the Federal Rural University of Pernambuco. This text reflects on the educational potential of the classification approach carried out within the Gender Core Wilma Lessa. We conclude that, thanks to popular movements and social demands, during the period of redemocratization in Brazil, it advances in the creation of education documents that reinforced the importance of teaching gender in schools. However, given the political conjuncture of the last few years, the teaching of gender has recklessly been censored from official documents, through the interference of neoconservative and neoliberal groups. In return for such a setback, a Secretariat for Women in Pernambuco expands the number of educational institutions with Centers for Gender Studies and Confronting Violence Against Women, enabling teachers and teachers to work in teaching gender in schools.

Keywords: Education; Gender Teaching; Neoconservatism; PIBID.

¹ Estudante do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Este trabalho de conclusão de curso optou pelo gênero artigo científico, sob a orientação do Prof^o Dr^o Lucas Victor Silva.

INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é uma das Políticas Nacionais de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de articular as instituições de ensino superior às de educação básica, com a proposta de inserir o(a) futuro(a) professor(a) no âmbito escolar antes da conclusão da licenciatura. O que possibilita a troca de experiências, de teorias e práticas entre bolsistas, professores e professoras que já atuam na educação básica e os(as) docentes do ensino superior.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, regido pelo Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007, destaca a importância da “conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica” (BRASIL, 2007). Reforçando o compromisso com a educação básica o Decreto de nº 8.752, de 9 de maio de 2016, é criado “com a finalidade de fixar seus princípios e objetivos, e de organizar seus programas e ações, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e em consonância com o Plano Nacional de Educação” (BRASIL, 2016). O PIBID é um dos programas mais alinhados às leis e diretrizes para a educação básica no país.

Em contrapartida aos esforços por uma educação pública e de qualidade, estão grupos neoconservadores que atacam a liberdade de ensinar. Uma prova disto são as implementações de políticas públicas, voltadas para questões de gênero, marcadas por avanços e retrocessos causados pelas disputas narrativas, ora feminista, ora religiosa, ora liberal, mas sempre litigiosas, ainda mais quando se trata do campo da educação.

Na atualidade podemos observar tal retrocesso a partir de uma comparativa entre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o Plano Nacional de Educação (PNE), 2014 – 2020. Enquanto os PCN, em 1998, ressaltavam a importância de se discutir nas escolas temas como orientação sexual, masturbação, iniciação sexual, prostituição e pornografia (BRASIL, 1998); o texto inicial feito para o PNE, sofre interferência de bancadas neconservadoras e fundamentalistas cristãs, retirando “da lei que aprova o novo PNE, termos como homofobia, identidade de gênero, lesbofobia, machismo, movimento feminista, orientação sexual, segregação, sexismo, transfobia e outros” (CATRINCK; MAGALHÃES; CARDOSO, 2020, p. 196).

Para Linares e Bezerra (2019), os ataques à democracia escolar na atualidade partem das ações do movimento liberal conservador “Escola sem Partido”, que definem

como crime o debate de ideias nas escolas, incentivando que o ensino seja o que Freire (2017) denominou de "Educação Bancária", uma visão tecnicista, acrítica e antidemocrática do ensinar. É no centro desse intenso conflito político que surge a chamada "Ideologia de Gênero" pregando que os “professores, em vez de cumprirem o currículo, buscariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral de seus filhos para doutriná-los com ideias contrárias às convicções e aos valores da família” (JUNQUEIRA, 2019, p. 135).

Sob outra perspectiva, a Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE), em conjunto com a Secretaria de Educação do mesmo estado, busca ampliar o número de instituições de ensino com Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra Mulher. O projeto iniciado em 2009, hoje conta com a participação de dezesseis *campi* do Instituto Federal de Pernambuco, vinte e três Escolas Técnicas Estaduais, trinta e seis Instituições de Ensino Superior e cento e cinquenta e quatro Escolas de Referência em Ensino Médio. O objetivo dessa política educacional é “a formação de estudantes e profissionais para que possam integrar a ação pública de forma qualificada, conscientes do seu papel na construção de uma sociedade cidadã” (JANSEN, 2018 p.16).

Junqueira (2018) acredita que o conceito sociológico para ideologia de gênero carrega um significado diferente ao colocado pelos grupos fundamentalistas cristãos e pode ajudar no combate ao machismo, sexismo, misoginia e transfobia, uma vez que é “útil para identificar, compreender e criticar a naturalização das relações de gênero, as hierarquizações sexuais, a heterossexualização compulsória, a inculcação das normas de gênero, entre outras coisas” (JUNQUEIRA, 2019, p.140). Sendo assim, é importante termos noção de quais práticas estão sendo desenvolvidas nas escolas em prol das questões de gênero, com a construção de uma análise crítica reflexiva, necessárias para atuação social dos e das estudantes.

Além da justificativa apresentada, cabe salientar que nosso interesse pelos Núcleos de Gênero e as práticas desenvolvidas pelos(as) professores(as) e estudantes não se funda em um entusiasmo novo, mas, crescente. Enquanto bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), tivemos a oportunidade de acompanhar um desses núcleos e participar de eventos coordenados pela SecMulher. As experiências e aprendizagens construídas ao longo desse período enquanto licencianda em História, acompanhando o trabalho de uma profissional da mesma área coordenando um Núcleo de Gênero, nos impulsionaram a pesquisar como essa política educacional tem sido

trabalhada nas instituições de ensino e quais os resultados obtidos após sua implementação.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é construir um relato de experiência mediante revisão de literatura e observação participativa realizada em uma Escola de Referência em Ensino Médio, entre agosto de 2017 e fevereiro de 2018. Nesse período, foram feitas intervenções em aulas de História e Filosofia, mediação de debates, acompanhamento de projetos e apresentações artístico-culturais. Oportunamente, observamos e participamos das atividades do Núcleo de Gênero da escola. No presente texto iremos construir reflexões sobre as potencialidades educativas da abordagem de gênero realizadas neste espaço escolar.

PIBID: FUNCIONAMENTO, INSERÇÃO NO PROGRAMA E INGRESSO NA ESCOLA CAMPO DE PESQUISA

O Programa de Iniciação à Docência (Pibid), foi elaborado pelo Ministério da Educação, atendendo às atribuições legais da Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério (Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007).

Como objetivos do programa destacam-se o incentivo a formação de professores em nível superior para a educação básica, valorização do magistério, integração entre a educação superior e a educação básica, tornar à escola pública campo de experiência para futuros docentes, mobilizar professores(as) da educação básica para atuarem como cofomadores dos futuros professores(as) e contribuir para a articulação entre teoria e prática.

Em acordo com os objetivos, os bolsistas do Programa devem atuar no mínimo 30h mensais na escola campo, mantendo atitudes de solidariedade e cordialidade com toda a comunidade escolar, construindo atividades transdisciplinares e as registrando semanalmente no diário de registro. Tendo na escola o apoio pedagógico do(a) professor(a) supervisor(a) e na instituição de nível superior (IES) o(a) professor(a) coordenador(a) de área.

Segundo a Portaria CAPES nº 72, de 09 de abril de 2010, é o(a) professor(a) Coordenador(a) institucional o(a) responsável perante a CAPES por garantir e acompanhar o planejamento, a organização e a execução das atividades previstas no projeto de sua instituição, inclusive os Seminários de Iniciação à Docência.

O Art. 10, da mesma portaria, define que:

As atividades do PIBID devem ser cumpridas tanto em escolas com Índices de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB abaixo da média da região/estado quanto naquelas que tenham experiências bem sucedidas de trabalho pedagógico e de ensinoaprendizagem, de modo a apreender diferentes realidades e necessidades da educação básica e de contribuir para a elevação do IDEB, aproximando-o do patamar considerado no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

A pluralidade de escolas participantes do Programa, numa só IES, permite que os bolsistas da instituição passem por diferentes experiências, constatando as diferentes realidades e planejando ações que contemplem as necessidades de cada escola campo. Nosso primeiro contato com a sala de aula, durante a graduação, se deu pelo Pibid no ano de 2016, neste momento o programa já sofria com cortes e a incerteza de sua continuidade, contudo seguimos bolsistas até o ano de 2018, sendo em 2017 transferidos para uma escola recentemente inserida ao Programa, a qual nos referimos neste relato.

Nos primeiros meses de adaptação, observamos a escola campo e acompanhamos os professores em atuação, construindo uma diagnose e a partir dela foram criadas propostas de intervenções e projetos que contribuíssem no âmbito escolar. A professora de História já coordenava um projeto fixo, realizado no contraturno, o Núcleo de Gênero, o qual pudemos acompanhar durante seis meses.

Mais do que o auxílio econômico, o Pibid contribui na formação docente através de trocas de saberes, colocando os(as) futuros(as) professores(as) no chão da sala de aula, fazendo parte dos processos educativos e lidando com os problemas do dia a dia escolar, questões que ultrapassam as unidades curriculares disponibilizadas nas universidades. As múltiplas escolas pertencentes ao programa expõem as diversas realidades existentes para além dos muros dos IES, fortalecendo o intuito de mudança, compartilhamento de relatos e informações entre os(as) profissionais, e futuros(as) profissionais, da educação.

TECENDO CONEXÕES ENTRE ENSINO DE GÊNERO, DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para organizar as reflexões teóricas, dividimos as questões de gênero na escola em: concepções teóricas sobre gênero na educação, demandas sociais e políticas públicas e por fim as atividades do Núcleo de Gênero.

Concepções teóricas sobre gênero na educação

As redes de poder que circulam numa sociedade constroem os demarcadores das fronteiras entre os que representam a norma e aqueles que estão à margem, sendo que “em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão” (LOURO, 2000, p. 10) e todos os “outros” personagens sociais serão classificados e rotulados, logo a norma “define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina” (idem). Junqueira (2019, p. 139) complementa, “cada ordem social estabelecida empenha-se para que suas assimetrias e arbitrariedades históricas sejam percebidas como ordenamentos naturais, e continuem a ser impostas e perpetuadas como legítimas”.

Movimentos neoconservadores, e neoliberais, têm se valido dessa “norma” criando uma agenda política antidemocrática, agenda essa em que o debate social nas escolas, quando não apagado é criminalizado: “exigem o impossível: uma pretensa neutralidade diante dos conflitos e contradições presentes em nossa sociedade” (BEZERRA; LINARES, 2019, p.131). Há mais de cinco décadas Paulo Freire já demonstrava a incompatibilidade do ser humano com a neutralidade, não se pode haver neutralidade se existem discordâncias, logo, não seria a neutralidade o ponto da questão, mas o respeito, tanto pelos(as) educandos(as) como pelos(as) educadores(as). Afinal, “como posso ser neutro diante da situação, não importa qual seja ela, em que o corpo das mulheres e dos homens vira puro objeto de espoliação e de descaso?” (FREIRE, 2016, p.109).

A ideia de que os professores e professoras devem apenas depositar o conteúdo, sem qualquer criticidade ou reflexão do mesmo, nos(as) estudantes é o que Freire (2017) chamou de "Educação Bancária", onde o ser humano deixa de ser visto como um ser histórico, em processo de conscientização do seu inacabamento e de sua capacidade em modificar a sociedade, sendo colocado apenas como objeto a serviço do capital. Para Freire este é um ato de violência, pois “fazê-los objetos é aliená-los de suas decisões, que são transferidas a outro ou a outros” (FREIRE, 2017, p.104). E, cientes da força e da possibilidade transformadora das palavras de Paulo Freire, compreendemos os motivos pelos quais, tanto o ensino de gênero quanto o citado autor, são assiduamente perseguidos pelos grupos neoconservadores fundamentalistas: parte das estratégias ideológicas destes grupos é “renaturalizar” ordens sociais tidas como tradicionais e “antinaturalizar” tudo aquilo que contrarie essa ordem, “bem como rechaçar a contribuição das ciências sociais

para a compreensão dos processos sociais, históricos e culturais de construção da realidade” (JUNQUEIRA, 2019, p.139).

Para Apple (2014), é preciso manter a atenção sobre os grupos político-ideológicos liberais e nossas perdas parciais “da memória coletiva das lutas radicais e dos movimentos na educação, que têm uma história muito extensa no Brasil” (APPLE, 2014, p.608). Enquanto alguns grupos expõem suas políticas conservadoras abertamente, outros encobrem suas intenções mercadológicas como soluções neoliberais para problemas educacionais. Freire (2016) já havia observado tal movimento antidemocrático quando em *Pedagogia da Autonomia* se refere a esse processo como burocratização da mente, onde “a insistência com que, em nome da democracia, da liberdade e da eficácia, se vem asfixiando a própria liberdade” (FREIRE, 2016, p. 111). Logo, compreendemos que as interferências em documentos da educação, assim como em políticas educacionais, por parte das bancadas conservadoras cristãs e liberais, é um projeto que vem se sedimentando no Brasil. O “ter”, como sentido da realização do projeto humano, sai da esfera da filosofia e aporta na vida social com a força avassaladora que desmobiliza grande parte dos movimentos sindicais e sociais” (PERNAMBUCO, 2011. p.130).

A questão de gênero nas escolas precisa extrapolar as aulas de ciências biológicas, “não basta, contudo, apenas descrevê-la ou demarcá-la como uma área multidisciplinar, é preciso reconhecer que essa foi - e é - uma área em disputa” (LOURO, 2000, p.64). O discurso de saúde é importante, contudo não abrange toda a complexidade de se questionar a sexualidade como um dispositivo histórico, inclusive o próprio modo de se trabalhar sexualidade de forma puramente biológica mostra o déficit de uma discussão que compreenda a sexualidade como “uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’” (LOURO, 2000, p.09).

Demandas sociais e políticas públicas

A jovem constituição brasileira data do ano de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, marca o processo de redemocratização no Brasil e o avanço nas conquistas das chamadas minorias. Tais conquistas se deram pela luta efetiva de organizações distintas, como o movimento de mulheres, que ganhou destaque junto a campanhas da Organização das Nações Unidas (ONU).

Prá e Schindler, (2013, p. 19) ressaltam a importância do intenso trabalho destes grupos, quando em 1985, o Brasil avança com a primeira experiência de políticas públicas relativas à condição feminina de âmbito federal na América Latina, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Embora uma série de avanços tenham se seguido, Jansen (2012) lembra que a adoção de uma política neoliberal, as privatizações e o projeto de redução de Estado adotado no governo Collor, em 1990, leva à extinção do Fundo Nacional da Mulher, que assegurava as condições de operacionalidade do CNDM.

No final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), podemos ver uma progressiva inserção de políticas públicas que tratam questões como direitos humanos, gênero e sexualidade, dentre elas destacam-se: o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que está em sua terceira versão, coloca a necessidade de uma educação que priorize grupos historicamente vulnerabilizados, possibilitando uma formação de sujeitos de direitos, em que “conhece o diferente, desde a mais tenra idade, é perder o medo do desconhecido, formar opinião respeitosa e combater o preconceito, às vezes arraigado na própria família” (BRASIL, 2010, p. 185); os PCN, publicados em 1997, já pautavam temas como ética, orientação sexual e pluralidade cultural para o currículo do Ensino Fundamental (CATRINCK; MAGALHÃES; CARDOSO, 2020).

Por outro lado, a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que rege a educação no Brasil, cita a palavra gênero, ou gêneros, quatrocentos e noventa e nove vezes, e nem mesmo por uma única vez o termo é utilizado como um conceito histórico ou sociológico. Já a palavra sexualidade aparece três vezes, todas elas no âmbito do ensino das ciências naturais, ligadas à reprodução. Feminismo, machismo e homofobia não aparecem no documento.

Além das já citadas, podemos observar também algumas outras políticas gestadas entre os anos de 2001 a 2010, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que reafirma o ensino de gênero como um direito para a construção da autonomia individual e coletiva, para o desenvolvimento econômico dos grupos que estão à margem, uma vez que “é um meio fundamental para o desmonte das desigualdades sociais de gênero, raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, regionais e locais” (BRASIL, 2013, p.22); e a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, a qual foi o pontapé inicial para a criação das secretarias estaduais, como a SecMulher em Pernambuco.

A SecMulher compreende por desigualdades de gênero, “aquelas constituídas pelas sociedades que hierarquizam as diferenciações entre os sexos, de forma a acreditar que a natureza produz seres humanos superiores e inferiores, em razão do sexo” (PERNAMBUCO, 2011, p.51), defende que não é possível falar de gênero sem pautar questões como raça, etnia, classes sociais e regionalidade, afinal, “entender que as desigualdades não são homogêneas, e reconhecer todas as suas formas possíveis é um importante passo para combatê-las” (idem, p.57). Ainda sobre o tema, afirma que o quadro de desigualdades pode diminuir, se os grupos excluídos começarem a ocupar espaços de poder, sendo “fundamental a formulação de políticas públicas que aumente a presença de mulheres, de negros e de indígenas, na política” (idem, p.200).

As três principais políticas geradas no SecMulher, na área da educação, são: o Programa Chapéu de Palha Mulher, que atende mulheres negras, remanescentes quilombolas e mulheres indígenas; o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, que apoia o diálogo sobre gênero e a produção textual, incentivando que estudantes do ensino médio, técnico, graduação, pós-graduação e professores(as) produzam redações, artigos científicos e relatos, concorrendo a prêmios em dinheiro, muitas vezes utilizados para a manutenção dos projetos pedagógicos; e os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra Mulher, que incentivam a pesquisa e a produção acadêmica sobre o tema, a formação crítica dos professores, além dos debates nas escolas.

Em relação aos debates de gênero, Santos e Lage (2017, p. 71), afirmam que, “embora essas discussões tenham ganhado algum espaço, em geral, ainda persiste um quadro de violência sexista e homofóbica no interior das instituições escolares”, e ainda que existam respaldos nos documentos de educação e direitos humanos, para a superação das desigualdades, violências e discriminações motivadas por gênero, “é sabido que existe um certo distanciamento do que se estabelece nos marcos legais e nas diretrizes em relação à realidade das escolas” (SANTOS; LAGE, 2017, p. 75).

Para Jansen (2012, p. 13), “não adianta apenas criar leis sem pensar em estratégias de ação que atuem nas raízes sócio-culturais dessa cultura que inferioriza a mulher, violando seus direitos, inclusive o direito à vida”. É preciso direcionar ações para a educação de base, contudo, cabe lembrar que a escola é um espaço de reprodução social, onde o “sexismo e a homofobia estão presentes no cotidiano familiar, no espaço profissional, nas igrejas, nos espaços públicos, no Estado e em sua estrutura” (SANTOS; LAGE, 2017, p.71). Logo, não faz sentido atribuir à escola toda a responsabilidade sobre

a questão, mas reconhecer que suas colocações de certo e errado têm "eleitos de verdade", e constroem parte das histórias pessoais (LOURO, 2000).

Cabe, então, questionar se ocorre, de fato, mudanças dentro do âmbito escolar após a inserção de um Núcleo de Gênero, se os objetivos colocados pelo projeto foram alcançados e se existe trocas de conhecimentos entre agentes da escola e agentes externos, afinal, "a escola não está acima e nem fora da sociedade. O aprendizado se dá em contato com os problemas concretos do mundo" (LINARES; BEZERRA, 2019, p.132).

A partir do exposto, podemos entender a importância de uma educação democrática e emancipatória, crítica às próprias reproduções sociais e consciente de que só é possível mudar a realidade do país através de uma educação libertadora, onde grupos oprimidos historicamente têm voz, onde se questionam as relações sociais e culturais hegemonicamente conservadoras, seletivas, classificatórias e opressoras, pois "se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode" (FREIRE, 2016, p. 110).

As atividades do Núcleo de Gênero

Como bolsistas do PIBID História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) pudemos acompanhar um dos Núcleos de Gênero, locado em Escola de Referência, no qual há encontros semanais, capacitando e informando os meninos e meninas sobre gênero, violência, direitos, respeito e a conjuntura político-social.

Tornada EREM em 2008, a instituição já foi uma escola regular, com Ensino Fundamental II e Médio. Com formação agrícola, a escola possui 110 anos e docentes com até três décadas de colaboração. No ano de 2018, possui apenas o Ensino Médio na modalidade integral, e aproximadamente 370 alunos divididos entre 4 turmas do 1º ano, 3 turmas do 2º ano e 2 turmas do 3º ano do Ensino Médio.

O pilar do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, é a educação interdimensional, definida pela Secretaria de Educação de Pernambuco como sendo questões educativas sistemáticas voltadas para as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade. Além disso, os pilares encontrados no projeto (aprender a ser, a conviver, a conhecer, a fazer) estão de acordo com o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Com relação à competência pessoal e social, assim como a competência

produtiva, prezadas pela escola, podemos dizer que elas são contempladas através dos projetos e das apresentações que os(as) estudantes planejam.

A escola possui parcerias com instituições como a Universidade Federal Rural de Pernambuco, a Escolinha de Conselhos de Pernambuco, Grupo Neoenergia, a SecMulher-PE, entre outros. Seus eventos, como os Jogos Escolares, são esperados por toda comunidade, que se impressiona com os trabalhos e apresentações produzidas pelos(as) estudantes, os quais chegam a receber investimentos externos para a confecção dos ordenamentos utilizados. Por fim, existem os projetos, como a Horta na Escola e, o mais atuante, Núcleo de Gênero, coordenado pela professora de História e Filosofia.

Como o lema, “somos todos diferentes, numa sociedade de iguais”, o Núcleo nasce com o objetivo de trabalhar temas como gênero, respeito, inclusão, cidadania, violência e direitos humanos para além das aulas formais. Funcionando em contraturno, é um projeto permanente, onde a cada início de período letivo os(as) estudantes inscrevem-se para participar das atividades, sendo elas dinâmicas em grupo, debates, palestras com convidados e/ou docentes, produção de vídeos, peças teatrais, estudo e compartilhamento de pesquisas, entre outros recursos que contribuam para a discussão das temáticas de gênero e sexualidade.

Embora o esperado fosse que os(as) estudantes procurassem outros projetos na escola, seguido de um ano no Núcleo, o que geralmente se dá é a permanência deles(as), até mesmo depois de concluir o Ensino Médio, sendo participantes visitantes. A coordenadora não coloca um número máximo de inscrições, a ideia é sempre acolher, e assim a família do Núcleo foi crescendo, tendo 64 participantes fixos ainda no final do ano de 2020.

Formado por pessoas das mais diferentes idades e campos de atuação, o projeto é riquíssimo em diferenças. Classe, sexo, religiosidades e tantas outras possíveis que surgem, e mudam, ainda durante a juventude. O Núcleo foi além do proposto em sua formação, tornou-se um espaço de convívio, debate e acolhimento, inclusive emocional, para toda a escola e também para a comunidade externa.

Os(as) jovens veem no Núcleo um lugar seguro e alí expressam suas dores e emoções, muitas vezes recebendo a força necessária para denunciar abusos. É uma entrega íntima e verdadeira, onde naturalmente, e sem qualquer imposição, criou-se um voto de silêncio entre os integrantes do projeto, os relatos pessoais declarados no Núcleo, ficam no Núcleo.

Durante a apresentação de um slam para a comunidade escolar, uma das crianças integrantes do Núcleo recitou um poema, de autoria própria, onde relatava os traumas e o alívio pelo fim dos estupros que sofria do avô. Em determinado momento, as lágrimas lhe embargaram a voz, e então todos os integrantes do Núcleo a abraçaram. É uma imagem que não sai da cabeça, é quando estatísticas ganham rostos e nomes. As aulas na faculdade não nos ensinam a lidar com situações como esta, mas a experiência no PIBID sim.

No âmbito do Programa ajudamos na correção de um livro feito pelos integrantes do Núcleo, poderiam escrever poesias, relatos de experiência, textos abertos, aquilo que se sentissem mais representados. Nada em nossa graduação nos tocou tanto como esse livro, relatos de crianças sobre - em diferentes aspectos de suas vidas - o trabalho de uma professora em um Núcleo de Gênero, mudaram suas formas de ver o mundo e, inclusive, eles(as) mesmos(as). De que forma algo poderia apontar melhor o papel transformador dos professores e professoras?

O reconhecimento das ações do núcleo data desde o início do projeto, quando, ainda em 2016 é contemplado com o financiamento para a compra de um projetor através do Somos Professores, programa de apoio à educação transformadora. Por diversas vezes os integrantes do Núcleo e a coordenadora foram entrevistados, tanto por jornais e emissoras locais, como por veículos de circulação nacional, como o Nova Escola. Para além das entrevistas existem as palestras e apresentações no âmbito externo à instituição de ensino, em eventos como o Simpósio Nacional de História; a Conferência Estadual da Educação Integral de Pernambuco; a Feirinha da Torre; Seminário Nada para Nós, Sem Nós; no lançamento da Coordenação Estadual da Aliança Nacional LGBTI+ e da versão brasileira do Manual de Comunicação LGBTI+; entre outros eventos importantes para a causa de gênero e educação no estado.

Ainda sobre apresentações construídas pelo Núcleo, destacam-se aquelas produzidas para a reflexão das desigualdades sociais dentro da escola, como o Dia Internacional da Mulher, o Dia da Consciência Negra e o Momento Consciência, um evento mensal criado com o propósito de transformar temas geradores em slam, poesias, danças, músicas e peças teatrais totalmente produzidas por e pelas estudantes, orientados pela coordenadora do Núcleo.

No ano de 2019, o Núcleo chama a atenção do projeto *Creators For Change*, uma parceria entre o *Youtube Originals* e a fundação *Girls Opportunity Alliance*, dirigida por Michelle Obama. Apresentado pela *youtuber* e influenciadora feminista Julia Tolezano, popularmente conhecida como JoutJout, o vídeo “*Girls Education: Elas que lutam*”,

mostra a importância deste Núcleo para além de uma formação acadêmica, uma formação humanitária, crítica e cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a importância da cidadania como resistência a tradições autoritárias e formas de opressão, como preconceito racial, sexo e classe, nos faz reafirmá-la como uma invenção política que possibilita a efetividade dos direitos a serem alcançados dentro de uma democracia. Paulo Freire é extremamente assertivo quando afirma que a cidadania demanda de “engajamento, clareza política, coerência, decisão. Por isso mesmo é que uma educação democrática não se pode realizar à parte de uma educação da e para a cidadania” (FREIRE, 2017, p. 177).

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), compreendem que a área das Ciências Humanas deve contribuir para a construção da identidade pessoal e social dos educandos, auxiliando, inclusive, em aspectos psíquicos da formação da personalidade em relação com os diversos contextos em que se dá.

Quer na perspectiva psicológica, quer na antropológica, a construção da identidade autônoma é acompanhada, em um movimento único, da construção da identidade dos outros. Isso implica o reconhecimento das diferenças e imediatamente a aceitação delas, construindo-se uma relação de respeito e convivência, que rejeita toda forma de preconceito, discriminação e exclusão. É o que prevê a política da igualdade. Na base da identidade e da igualdade deverá estar a sensibilidade, primeiro momento do se posicionar socialmente, que deverá guiar o indivíduo para a indignação e o repúdio às formas veladas ou explícitas de injustiça ou desrespeito. (BRASIL, 2000, p. 12).

A partir das observações e experiências vivenciadas no Núcleo de Gênero, podemos concluir que o projeto pode ser um campo fértil na construção da cidadania, quando coordenado por um(a) profissional preparado(a), que semeia a democracia e autonomia, instituindo ricos debates, cruzando perspectivas antagônicas, incentivando o respeito e aceitação das diferenças. Saberes que ultrapassam os muros da escola e são levados para o dia a dia desses jovens, somente assim, quando se dá essa apropriação e transposição de conhecimentos para novas situações, é que podemos dizer que houve aprendizado.

Constatamos então, que os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra Mulher, se mostram como uma possibilidade transformadora para o enfrentamento de preconceitos, assim como um espaço de apoio às crianças e jovens. Mas, para o avanço de políticas públicas como esta, é necessária a luta contra suposições antidemocráticas, a exemplo da Ideologia de Gênero.

Dada a importância do debate de gênero e sexualidade nas escolas, reafirmamos o perigo da indevida intervenção das bancadas conservadora e neoliberal em documentos da educação. A censura de palavras como gênero, sexualidades, homofobia, racismo e entre outras, acusa um enorme retrocesso na elaboração de programas educacionais e põem em risco direitos sociais conquistados penosamente.

Logo, não basta a luta popular pela conquista de direitos, é preciso vigilância incessante dos direitos já conquistados, para que estes não sejam perdidos dentro do joguete capitalista que bate à porta.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação?. **FAEEBA -Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, 2013, p. 95-103. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/archive>> Acesso em 04 ago. 2019.

APPLE, M. **Produzindo diferença:** neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. In: Anais do V Encontro de Didática e Prática de Ensino do Estado de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4684>>. Acesso em 18 nov. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm> Acesso em 20 set. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm#art19> Acesso em 20 set. 2020.

BRASIL. **Lei no 11.502, de 11 de julho de 2007**. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11502-11-julho-2007-556654-norma-pl.html>> Acesso em 20 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Base nacional comum curricular:** educação é a base. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 13 ago. 2020.

Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria n° 72, de 09 de abril de 2010**. Brasília. 2010. Disponível em: <http://antigo.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria72_Pibid_090410.pdf> Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n° 1.904, de 13 de maio de 1996**. Estabelece as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1904.htm> Acesso em: 15 ago. 2019

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf/view>>. Acesso em 17 ago. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 15 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 15 ago. 2019.

CATRINCK, I; MAGALHÃES, S; CARDOSO, Z. Políticas públicas educacionais de gênero e diversidade sexual: avanços e retrocessos. **FAEEBA -Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 58, 2020, p. 187-200. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/8142>> Acesso em 04 ago. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 53. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 63. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

JANSEN, F. Políticas públicas de gênero na gestão do Todos por Pernambuco: estratégias para a promoção da equidade entre homens e mulheres. **Interfaces dos Saberes**, v. 12, n. 01, outubro, 2012, p. 01-20. Disponível em: <<https://interfacesdesaberes.fafica-pe.edu.br/index.php/import1/article/view/156>> Acesso em 02 ago. 2019.

JUNQUEIRA, R. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia**

Política, v. 18, n. 43, 2018, p. 449-502. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004> Acesso em 09 ago. 2019.

JUNQUEIRA, R. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 135-141.

LINARES, A; BEZERRA, J. Obscurantismo contra a liberdade de ensinar. In: CÁSSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.-São Paulo: Boitempo, 2019, p. 127-135.

LOURO, G. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 02, 2000, p. 59-75. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/46833>> Acesso em 09 ago. 2019.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

YIN, R. K. **Case study research**: design and methods. London: Sage, 1984.

PERNAMBUCO. Secretaria da mulher. **Mulheres construindo a igualdade**: caderno etnicorracial. Recife: Secretaria; 2011.

PERNAMBUCO. Secretaria da mulher. **República, 120 anos no Brasil**: uma leitura das mulheres. Recife: Secretaria; 2011.

PRÁ, J; SCHINDLER, E. **Políticas públicas de gênero e novas institucionalidades**. Apresentado no Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes, São Paulo, abril de 2013. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepoliticaspUBLICAS/encontrosinternacionais/pdf-st08-trab-aceito-0595-14.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2019.

SANTOS, É; LAGE, A. Gênero e diversidade sexual na educação básica: um olhar sobre o componente curricular Direitos Humanos e Cidadania da rede de ensino de Pernambuco. **Tempos e Espaços em Educação**, v. 10, n. 22, 2017, p. 69-82. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6042>> Acesso em 04 ago. 2019.